

'DERIVATIVOS TÓXICOS' | f t ...

Depois da crise de 2008, empresas brasileiras foram forçadas a aprimorar governança

Turbulência afetou cerca de 200 companhias, levando a fusões de grandes grupos e a mudanças na gestão

COLEGIADO | f t ...



Oi anuncia novos membros para Conselho de Administração

Proposta principal do novo colegiado é garantir a implementação do plano de recuperação judicial

M&A | f t ...



Fusões e aquisições no 1º semestre tem o maior volume desde 2010

Resultado, que totalizou R\$ 84 bilhões, foi puxado pela operação de fusão entre Suzano e Fibria

CONTRATOS | f t ...



Nova plataforma quer dar transparência a licitações

Projeto concentra no mesmo local documentos e monitorar editais e concorrências públicas

GESTÃO DE RISCOS | f t ...



Guerra comercial pode ser uma oportunidade, diz especialista

Paul Sobel afirma que empresas com processos maduros conseguem tirar proveito de turbulências

CONTEÚDO PATROCINADO

Importante: Conteúdo de responsabilidade do patrocinador



França intensifica o combate à corrupção

As obrigações impostas pela Lei Sapient II chegam para adaptar a cultura francesa de negócios à nova realidade do compliance mundial



Lei das Estatais: Empresas seguem amadurecendo

Terminado o prazo de dois anos para se adaptarem às novas regras, segmento tem vivenciado uma transformação relevante de seus processos



Confira os desafios atuais da auditoria interna rumo à inovação

Pesquisa global da Deloitte analisa a visão dos executivos sobre a função da Auditoria Interna e os principais aspectos de inovação do cenário

NOTÍCIAS MAIS RECENTES

Atualizadas a todo momento

GOVERNANÇA | f t ...

A relevância da transparência sobre a remuneração dos administradores

Empresa que evita tornar pública essa informação vai contra três princípios da boa governança corporativa: transparência, prestação de contas e equidade

Luiz Marcatti*

25 de Setembro de 2018 | 17h36

SAIBA AGORA

O Estadão em 10 notícias

1. ELEIÇÕES 2018 | f t ...

Voto antipetista em Bolsonaro ainda pode mudar, afirmam analistas

2. 'NÃO AOS EXTREMOS' | f t ...

Candidatos não aceitam participar de encontro para reunir centro

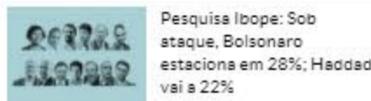
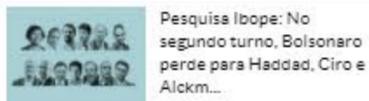
3. IBOPE/ESTADO/TV GLOBO | f t ...

No segundo turno, Bolsonaro perde para Haddad, Ciro e Alckmin

GOVERNANÇA | f t ...

Oi anuncia novos membros





A relevância da transparência sobre a remuneração dos administradores

Empresa que evita tornar pública essa informação vai contra três princípios da boa governança corporativa: transparência, prestação de contas e equidade

Luiz Marcatti*, O Estado de S.Paulo
25 Setembro 2018 | 17h36

A obrigatoriedade de divulgação, pelas companhias abertas, da remuneração dos administradores está no centro de uma disputa judicial que se arrasta desde 2010. A contenda teve início quando o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef) obteve liminar que afastou os efeitos da divulgação, estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários. A liminar foi derrubada pelo TRF-2 em maio passado e, com isso, as empresas que dela se beneficiavam deverão informar os salários máximo, médio e mínimo de seus executivos.

Para conseguir a liminar, o Ibef alegou que a transparência poderia colocar em risco a segurança dos profissionais — argumento que me parece um tanto frágil. Afinal, o fato de alguém ser acionista, conselheiro ou executivo de alto escalão por si só já alimenta a ideia de que recebe remuneração destacada, compatível com sua posição. Se uma empresa evita tornar pública a remuneração de seus administradores, atinge, com uma só tacada, três princípios fundamentais da boa governança corporativa: transparência, prestação de contas e equidade.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Informações transparentes sobre os pagamentos aos executivos — incluindo salários fixos e bônus — permitem que investidores encontrem distorções e verifiquem se a remuneração é justificável diante dos resultados alcançados e das responsabilidades que recaem sobre os profissionais. Com uma lupa sobre esses números, é possível identificar, por exemplo, situações em que o presidente executivo tem um pacote de remuneração muito superior aos dos demais diretores.

O mesmo raciocínio vale para o conselho de administração, órgão para o qual não existe especificação legal de remuneração diferenciada entre os membros — é apenas praxe que o presidente receba mais, entre outros pontos por ter maior responsabilidade em relação às relações com a diretoria e à representatividade institucional do cargo. Recomenda-se que a diferença fique entre 25% e 50% acima da remuneração dos demais conselheiros.

O problema maior pode estar nos casos em que acionistas, fundadores ou representantes de controladores ocupam a presidência executiva ou a presidência do conselho de administração: não é raro que, nessas configurações, encontre-se discrepâncias muito além do razoável quando se considera o retorno que dão para a empresa. É, assim, imprescindível que a remuneração relativa ao trabalho exercido seja separada da remuneração de capital.

Importante destacar que uma política de bonificação excessivamente direcionada a resultados de curto prazo pode prejudicar a empresa, à medida que tende a levar os executivos a tomar decisões impensadas que ameacem a sustentabilidade do negócio. Cabe aos acionistas, portanto, escrutinar os números — agora públicos — para evitar o risco de comprometimento da longevidade da companhia.

*SÓCIO DA MESA CORPORATE GOVERNANCE

Mais conteúdo sobre:

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

SIGA O ESTADÃO



Cupons Estadão

